

---

## Editorial

Em setembro de 1987, representantes de 24 países reuniram-se em Montréal para limitar a produção de CFCs e de halons, duas das principais substâncias responsáveis pela destruição da camada de ozônio que protege a terra da radiação de alta energia emitida pelo sol, no que ficou conhecido pelo Protocolo de Montréal. Pelo Acordo, os países em desenvolvimento não deverão interromper, por razões econômicas e porque sua contribuição é pequena, a produção de CFCs até 2010.

Em dezembro de 1997, dez anos depois do Protocolo de Montréal, reuniram-se na cidade de Kioto representantes de 159 países, dentre os quais o atual Ministro de Ciência e Tecnologia brasileiro, para firmarem um acordo para a redução das emissões dos gases que provocam o efeito estufa que vem aumentando o aquecimento global da terra. Pelo acordo de Kioto ficou definido que os EUA cortarão 7%, a União Européia 8%, o Japão e o Canadá 6%, a Austrália 8% e a Noruega 1% de suas emissões, com base nos níveis de 1990. Estes cortes se aplicam a seis gases, a saber: dióxido de carbono, metano, óxido nitroso, hidrofluorcarbonos, perfluorcarbonos e hexafluoreto de enxofre. Apesar do Senado dos EUA ainda não ter ratificado as decisões de Kioto, algumas destas com o apoio do governo norteamericano, foram muito favoráveis aos países em desenvolvimento, como por exemplo:

- A manutenção da integridade do Mandato de Berlim, que livrou o protocolo de compromissos vinculantes de redução de gases de efeito estufa para os países em desenvolvimento.

- A aprovação, pela Conferência, da proposta brasileira que permite atribuir, a cada país, a respectiva responsabilidade pelo aquecimento do planeta, com base em suas emissões acumuladas.

Apesar dos avanços da diplomacia, os protocolos de Montréal e de Kioto deixam, no entanto, bem claro que a existência das futuras gerações no nosso planeta está ameaçada, e que a sua manutenção depende cada vez mais dos governos e dos cientistas.

As posições firmes, em defesa das nações em desenvolvimento, levadas pelo governo brasileiro à Kioto e a outras reuniões internacionais, têm, para serem coerentes de vir acompanhadas de políticas governamentais que privilegiem a Ciência e a Tecnologia brasileira, em busca do desenvolvimento do País, sem que para isto seja necessário o sacrifício do meio ambiente.

*Angelo C. Pinto*

In September of 1987, representatives of 24 countries met in Montreal with the aim to limit the production of CFCs and of halons, two of the principle classes of substances responsible for the destruction of the ozone layer that protects the earth from high energy radiation emitted by the sun. The result of which became known as the Montreal Protocol. Under the agreement, the developing countries did not have to interrupt production until 2010 for economic reasons and because their contribution is small.

In December of 1997, 10 years after the Montreal Protocol, representatives from 159 countries met in Kyoto to establish an agreement for the reduction of greenhouse gases that result in global warming, among those present was the Brazilian Minister for Science and Technology. The Kyoto treaty defined a 7% cut for the USA, 8% for the European Union, 6% for Canada and for Japan, 8% for Australia, and 1% for Norway of their emissions based upon emission levels for these countries in 1990. The cuts apply to six gases, these are: carbon dioxide, methane, nitrous oxide, hydrofluorocarbons, perfluorocarbons, and sulfur hexafluoride. Although the United States senate has not ratified the decisions made in Kyoto, some of these decisions supported by the North-American representative were very favorable to developing countries, for example:

- The maintenance of the Berlin mandate that freed developing countries from the terms of the protocol for the reduction of greenhouse gases.

- The approval, by the Conference, of the brazilian proposal that ascribes to each country, the respective responsibility for global warming, based upon their accumulated emissions.

Apart from the diplomatic advances, the Montreal and Kyoto protocols make very clear the present day threat to the existence of future generations on our planet, and that our planets preservation depends ever increasingly on governments and scientists.

The firm position, in defense of developing nations, taken by the Brazilian government in Kyoto and at other international meetings has, in order to be coherent, to be accompanied by government policy which privileges Brazilian science and technology that aims to develop Brazil without sacrificing the environment.

*Angelo C. Pinto*